

Acordo Coletivo de Trabalho 2019 e 2020

A Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, com sede na Avenida Washington Soares nº. 6475, bairro José de Alencar, CEP 60.830-005, Fortaleza/CE, doravante denominada CEGÁS, representada neste ato por sua Diretoria Executiva, Srs. Hugo Santana de Figueirêdo Junior e Fábio Augusto Norcio, de outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO CE/PI, com sede na Avenida Francisco Sá, 1823, Jacarecanga, Fortaleza - CE, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. José Jorge de Oliveira, doravante denominado SINDICATO, resolvem celebrar o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT), em conformidade com os termos e condições seguintes:

Cláusula 1ª - Vigência do Acordo

1.1 As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de abril de 2019 a 31 de março de 2021 e a data-base da categoria é em 01º de abril.

Cláusula 2ª - Abrangência

2.1 O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) todos os Empregados da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, com a CTPS assinada.

Cláusula 3ª - Do reajuste dos salários

3.1 A CEGÁS reajustará a partir de 1º de abril de 2019 os valores dos salários de todos os seus empregados no percentual de 4,67% (quatro vírgula sessenta e sete por cento).

Parágrafo Único: A CEGÁS reunir-se-á com o sindicato da categoria para debater o reajuste salarial inerente ao ano de 2020, que terá como vigência a partir de 1º de abril de 2020.

Cláusula 4ª - Pagamento Salarial

4.1 O pagamento dos salários será realizado pela CEGÁS até o dia 28 de cada mês, ou no último dia útil antes deste.

Parágrafo Primeiro: A jornada de trabalho da Companhia será de 08 horas diárias e 40 horas semanais. Para fins de determinação do valor da hora normal, será utilizado o divisor de 200 horas mensais.

Parágrafo Segundo: Quando a jornada de trabalho for executada parcial ou integralmente fora das dependências da CEGÁS (serviço externo, viagem a serviço, treinamento, etc.), os registros no ponto eletrônico serão atestados posteriormente pela chefia do empregado. Os registros em questão atendem à exigência do artigo 74, §3º, da consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ao disposto no artigo 2º na Portaria nº 373/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego.

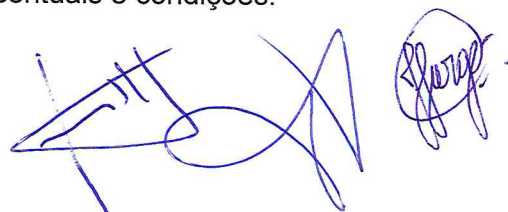
Parágrafo Terceiro: A CEGÁS flexibilizará os registros de ponto de seus funcionários em 15min, para mais ou menos, desde que mantida a jornada de trabalho diária de 08 (oito) horas.

Cláusula 5ª - Pagamento do 13º Salário

5.1 O pagamento do 13º salário a ser repassado a todos os empregados da CEGÁS será realizado em duas parcelas, sendo que a 1ª deverá ser paga até o dia 30 de junho do ano de referência, onde deverá ser desonerada, enquanto que a 2ª parcela deverá ser paga até o dia 20 de dezembro do mesmo ano, incidindo sobre esta os descontos legalmente constituídos.

Cláusula 6ª - Incentivo pelo desenvolvimento Pessoal e profissional

6.1 A CEGÁS manterá apenas aos os seus empregados que em 31 de dezembro de 2014 percebiam tais benefícios, uma das gratificações abaixo, a título de vantagem pessoal, calculada sobre o respectivo salário-base, nos seguintes percentuais e condições:



- 25% ao portador de título de Doutor, devidamente registrado;
- 20% ao portador de título de Mestre, devidamente registrado;
- 15% ao portador de título de Especialização, devidamente registrado;

Parágrafo Primeiro: As partes, tendo em vista a transação/negociação efetuada para chegar aos termos finais do presente ACT 2015, acordaram que esse benefício não será concedido a partir 1º de janeiro de 2015 àqueles empregados que não recebiam esse benefício em 31 de dezembro de 2014, sendo que, como forma de compensação, a empresa concedeu benefícios a todos os empregados, como os descritos nas cláusulas 5ª, 14ª, 15ª e 27ª deste Acordo.

Parágrafo Segundo: As partes acordam desde já que os valores deste benefício apurados em 31 de dezembro de 2016, em função da aplicação dos percentuais acima definidos, serão convertidos em valor absoluto, sem qualquer vinculação ao percentual ao salário-base dos respectivos empregados beneficiados conforme definido no item 6.1, valores esses que passarão a ser reajustados de acordo com os critérios de reajuste negociados anualmente na Data-base a partir de 1º de abril de 2019.

Cláusula 7ª - Horas Extras

7.1 O trabalho extraordinário prestado pelos empregados efetivos, principalmente aos sábados, domingos, feriados e dia liberado (condicionado à aprovação da Diretoria), será remunerado.

Parágrafo Primeiro: A remuneração de horas extras será paga pela CEGÁS no percentual adicional aplicável sobre o salário-hora, sendo o adicional de 50% (cinquenta por cento) nas horas extras realizadas nos dias úteis da semana, e de 100% (cem por cento) nos dias considerados, sábados, domingos, feriados e em dias liberados, estes últimos definidos em função de decisão da Diretoria.

Parágrafo Segundo: As horas extras serão apuradas do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês vigente, sempre remuneradas pelos valores atualizados dos salários e pagas no mês vigente.

Parágrafo Terceiro: Para efeito do cálculo do valor da remuneração de férias, 13º salário e aviso prévio, as horas extras habituais serão integradas pela média apurada em relação ao respectivo período aquisitivo.

Parágrafo Quarto: As horas extras habituais serão integradas para fins de cálculo do descanso semanal remunerado, na forma da lei.

Parágrafo Quinto: A CEGÁS incluirá no cálculo das horas extras os adicionais a que o empregado faz jus.

Cláusula 8ª - Adicional Noturno

8.1 O adicional noturno será pago pela CEGÁS aos empregados que realizarem trabalhos no horário entre 22 horas e 08 horas, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre cada hora trabalhada.

Parágrafo Único A antecipação do trabalho porventura ocorrida a partir de 6 (seis) horas não ensejará o pagamento de adicional noturno.

Cláusula 9ª - Adicional de Periculosidade

9.1 A CEGÁS concederá o adicional de periculosidade, de 30% (trinta por cento), calculado sobre o salário base do empregado, àqueles que exercerem suas atividades laborais em condição de risco acentuado, nos termos dos artigos 193 e 195, da CLT.

Cláusula 10ª - Adicional de Sobreaviso

10.1 A CEGÁS garantirá o pagamento das horas de sobreaviso, remuneradas na base de 1/3 (um terço) do valor da hora normal, considerando-se o Salário Básico acrescido do Adicional de Periculosidade, quando devido, ao empregado da Companhia designado a permanecer à

disposição da mesma, fora do local de trabalho, nos períodos de folga ou repouso, aguardando chamada.

Parágrafo Único: Com início do trabalho extraordinário, cessa o sobreaviso e o empregado passa a perceber horas extras, com o adicional correspondente.

Cláusula 11ª - Participação nos Lucros e Resultados

11.1 A CEGÁS, por intermédio de Comissão formada paritariamente entre esta e os empregados, discutirá a regulamentação do Programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados para os exercícios de 2020 e 2021, nos termos das Leis n.º 10.101/2000 e 12.832/2013.

Parágrafo Único: Para fins de negociação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) do ano subsequente, será criada comissão paritária composta de 3 (três) representantes da empresa e de 2 (dois) representantes eleitos pelos empregados com a participação adicional de um membro indicado pelo Sindicato, conforme art. 2º, inciso I da lei 10.101/2000. Para fins de representação, não poderão ser eleitos como representantes dos empregados, aqueles que estejam investidos em cargos de comissão ou de confiança.

Cláusula 12ª - Auxílio-Alimentação

12.1 A CEGÁS concederá aos seus empregados, mensalmente, o valor de auxílio-alimentação correspondente a 22 (vinte e dois) valores unitários de R\$ 46,53 (quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos), cada, nos termos da Lei 6.321/76 - Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Parágrafo Primeiro: Os empregados autorizam o desconto em folha de pagamento no valor de 2% (dois por cento), a título de participação no custeio deste benefício.

Parágrafo Segundo: A concessão prevista nesta Cláusula será também dada nos períodos de férias do empregado e outros afastamentos regulares previstos na CLT.

Parágrafo Terceiro: Caso o empregado venha a trabalhar 2 (duas) horas extras ou mais, em prolongamento da jornada de trabalho, terá direito a receber auxílio-alimentação adicional no valor correspondente a 01 (um) valor unitário daquele vigente à época, sobre o qual incidirá o mesmo percentual de desconto previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Quarto: A CEGÁS concederá a seus empregados no mês de dezembro de cada ano, até o dia 15, a título de cesta natalina, auxílio alimentação adicional no valor correspondente a 22 (vinte e dois) valores unitários daquele vigente à época do pagamento, sem prejuízo do benefício concedido no referido mês.

Parágrafo Quinto: O empregado poderá optar, mediante solicitação ao setor responsável, a porcentagem de divisão entre os valores destinados à refeição e à alimentação.

Parágrafo Sexto: A CEGÁS reunir-se-á com o sindicato da categoria para debater o reajuste do Auxílio-Alimentação, inerente ao ano de 2020, que terá vigência a partir de 01/04/2020.

Cláusula 13ª - Do Plano de Saúde

13.1 A CEGÁS garantirá um plano de assistência médica e hospitalar (com obstetrícia) a todos os empregados e seus dependentes legais, estes definidos nos termos do inciso I, do art. 16 da Lei 8.213/91, em acomodação do tipo enfermaria, através de empresa contratada e/ou credenciada, com abrangência nacional.

Parágrafo Primeiro: A título de contrapartida fixa em relação ao Plano de Assistência Médica será descontado do empregado, na condição de titular do plano, o valor de R\$ 1,00 (um real) por mês.

Parágrafo Segundo: Em relação aos dependentes legais do empregado, a contrapartida fixa a ser descontada do mesmo em relação ao Plano de Assistência Médica será, para cada um de seus dependentes incluídos no plano, de 5% do valor do custo de cada um dos dependentes no plano.

13.2. A CEGÁS garantirá plano de assistência odontológica a todos os empregados e seus dependentes legais, estes definidos no inciso I, do art. 16, da Lei 8.213/91, através de empresa contratada e/ou credenciada.

Parágrafo Primeiro: A título de contrapartida fixa em relação ao Plano de Odontológica, será descontado do empregado, na condição de titular do plano, o valor de R\$ 1,00 (um real) por mês.

Parágrafo Segundo: Em relação aos dependentes legais do empregado, a contrapartida fixa a ser descontada do mesmo em relação ao Plano de Assistência Odontológica, será, para cada um de seus dependentes incluídos no plano, de 5% do valor do custo de cada um dos dependentes no plano.

Cláusula 14ª - Auxílio Creche/Educação Infantil

14.1 A CEGÁS garantirá um auxílio creche/educação infantil no valor mensal de R\$ 541,90 (quinhentos e quarenta e um reais e noventa centavos) para cada filho de seus empregados, com faixa etária que vai de zero a 06 (seis) anos de idade, encerrando-se ao final do ano letivo em que esta idade for alcançada, com necessidade de comprovação pelo empregado, mediante apresentação da certidão de nascimento, dos documentos de matrícula e dos comprovantes mensais de pagamento. Dado o seu caráter substitutivo dos preceitos legais, bem como por ser meramente liberal e não remuneratório, o valor deste benefício não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo Primeiro: A concessão prevista nesta Cláusula será também dada no período de matrícula escolar.

Parágrafo Segundo: A concessão prevista nesta Cláusula será também dada nos períodos de férias do empregado e outros afastamentos regulares previstos na CLT.

Parágrafo Terceiro: A CEGÁS reunir-se-á com o sindicato da categoria para debater o reajuste do Auxílio Creche/Educação Infantil, inerente ao ano 2020, que terá vigência a partir de 01/04/2020.

Cláusula 15ª - Auxílio ensino Fundamental/ Médio

15.1 A CEGÁS garantirá um auxílio ensino fundamental/médio no valor mensal de R\$ 487,70 (quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta centavos) para os filhos de seus empregados, com faixa etária que vai da data em que o mesmo complete 06 (seis) anos até a data em que complete 14 (quatorze) anos de idade, encerrando-se ao final do ano letivo em que esta idade for alcançada, com necessidade de comprovação pelo empregado, mediante apresentação da certidão de nascimento, dos documentos de matrícula e dos comprovantes mensais de pagamento. Dado o seu caráter substitutivo dos preceitos legais, bem como por ser meramente liberal e não remuneratório, o valor deste benefício não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo Primeiro: A concessão prevista nesta Cláusula será também dada no período de matrícula escolar.

Parágrafo Segundo: A concessão prevista nesta Cláusula será também dada nos períodos de férias do empregado e outros afastamentos regulares previstos na CLT.

Parágrafo Terceiro: O benefício previsto no item 15.1 não será cumulativo, sob nenhuma hipótese, com o benefício de auxílio creche/educação infantil previsto no item 14.1.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de coincidência entre as faixas etárias descritas no item 14.1 e 15.1, prevalece o benefício instituído no primeiro, só se iniciando a incidência do segundo quando do começo do ano letivo imediatamente posterior àquele em que se verifique tal coincidência.

Parágrafo Quinto: A CEGÁS reunir-se-á com o sindicato da categoria para debater o reajuste do Auxílio Fundamental/ Médio, inerente ao ano 2020, que terá vigência a partir de 01/04/2020.

Cláusula 16ª - Seguro de Vida e Acidentes

16.1 A CEGÁS garantirá o seguro de vida em grupo aos seus empregados, no valor de 30 (trinta) vezes o salário base de cada empregado, adequando o benefício/ prêmio à legislação pertinente.

Parágrafo Único: A CEGÁS manterá apólice de seguro para seus empregados, cobrindo os riscos de morte natural, morte acidental e invalidez permanente.

Cláusula 17ª - Do Kit de Conversão de Gás Natural

17.1 A CEGÁS fornecerá 50% do valor total do Kit de Conversão de gás de última geração, como forma de incentivar a utilização do GNV (Gás Natural Veicular) e visando a preservação do meio ambiente para os veículos particulares de propriedade dos empregados ou seu cônjuge que tenha interesse na utilização desta fonte de energia.

Parágrafo Primeiro: O fornecimento será limitado a 01 (um) veículo por empregado a cada 05 (cinco) anos, mediante adesão ao Programa de Incentivo ao Uso do GNV da CEGÁS e a comprovação das despesas nos termos previamente definidos pela empresa, e condicionada à devida regularização dos documentos do veículo junto aos órgãos competentes.

Parágrafo Segundo: As PARTES signatárias deste ACORDO desde já concordam que o benefício em referência não terá caráter salarial, não integrando assim, a remuneração de qualquer dos empregados da Companhia, conforme artigo 458, §2º da CLT.

Cláusula 18ª - Plano de Aposentadoria Complementar

18.1 A CEGÁS adotará, durante a vigência do presente ACT, as providências para negociação de operadora de Plano de Aposentadoria Complementar, a ser oferecido para os empregados que desejarem tal benefício.

18.2 A CEGÁS, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do presente instrumento, designará grupo de trabalho para o levantamento das informações necessárias à contratação de plano de previdência complementar para os funcionários da CEGÁS.

Parágrafo Primeiro: O grupo de trabalho será composto por 02 (dois) funcionários da CEGÁS e dois representantes indicados pela diretoria.

Parágrafo Segundo: A comissão terá, após sua instalação, o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o relatório à empresa.

Parágrafo Terceiro: O funcionamento da comissão obedecerá ao regimento interno a ser definido na primeira reunião da comissão.

Cláusula 19ª - Licença sem vencimento para Qualificação Profissional

19.1 A CEGÁS poderá liberar seus empregados para participar de cursos de especialização, graduação, mestrado e doutorado, no país, desde que relacionados com sua atividade profissional e que sejam do interesse das partes, e mediante prévia autorização da empresa nos termos do seu Estatuto Social.

19.2 Os períodos para liberação dos empregados para participação nos cursos obedecerão, necessariamente à seguinte ordem:

- a) Para curso de especialização ou pós-graduação: período máximo de 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogado por mais 6 (seis) meses.
- b) Para curso de mestrado: período máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por mais 6 (seis) meses.
- c) Para curso de doutorado: período máximo de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, com as devidas prorrogações.

Parágrafo Único: A CEGÁS não se responsabilizará pelo custeio (moradia, transporte, passagens aéreas e outras despesas referentes aos cursos de que trata esta Cláusula), bem como não pagará a remuneração do empregado (licença não remunerada), pelo período em que estiver afastado de suas atividades.

Cláusula 20ª - Reembolso Ensino Técnico

20.1 A CEGÁS custeará, com o reembolso de 100 (cem por cento) do valor comprovadamente pago pelo empregado a título de custo de matrícula e de mensalidade relativos a cursos de nível técnico que sejam relacionados à sua área de atuação dentro da CEGÁS.

Parágrafo Primeiro: Este benefício não será incorporado ao salário não podendo, assim, ser considerado remuneração, para fins fiscais, previdenciários ou de isonomia salarial, não se constituindo em salário indireto, e tem finalidade de utilidade, nos termos do Parágrafo 2º, II do Art. 458, da CLT.

Parágrafo Segundo: A efetivação do reembolso objeto da presente Cláusula depende da autorização prévia da Companhia relativa à realização do curso e da apresentação regular pelo empregado dos respectivos comprovantes de pagamento.

Parágrafo Terceiro: O direito ao benefício previsto nesta Cláusula cessará no mês posterior àquele em que o empregado concluir o curso.

Parágrafo Quarto: Os empregados beneficiados com esse custeio comprometem-se a permanecer na CEGÁS pelo período mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do período do curso que tenha sido subsidiado pela CEGÁS, contado a partir do término do curso, sob pena de, em caso de desligamento em período inferior, ressarcir à Companhia o valor proporcional ao período restante em que deveria permanecer na Companhia, na conformidade desse critério.

Parágrafo Quinto: O empregado que apresentar descontinuidade nas suas atividades acadêmicas por um período superior a um ano terá de ressarcir a Companhia do valor integral pago até o momento do trancamento da matrícula ou do abandono do curso.

Cláusula 21ª - Reembolso Ensino Superior

21.1 A CEGÁS custeará, com o reembolso de 50% (cinquenta por cento) dos valores comprovadamente pagos pelo empregado relativos a matrícula, taxa de aproveitamento de disciplinas e custo de mensalidade relativo a cursos de nível superior ou de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) em que os mesmos estejam devidamente matriculados, desde que tais cursos estejam relacionados à sua área de atuação dentro da CEGÁS.

Parágrafo Primeiro: Este benefício não será incorporado ao salário não podendo, assim, ser considerado remuneração, para fins fiscais, previdenciários ou de isonomia salarial, não se constituindo em salário indireto, e tem finalidade de utilidade (Parágrafo 2º, II do Art. 458 da CLT).

Parágrafo Segundo: A efetivação do reembolso objeto da presente Cláusula depende da autorização prévia da Companhia relativa à realização do curso e da apresentação regular pelo empregado dos respectivos comprovantes de pagamento.

Parágrafo Terceiro: O direito ao benefício previsto nesta Cláusula cessará no mês posterior àquele em que o empregado concluir o curso.

Parágrafo Quarto: Os empregados beneficiados com esse custeio comprometem-se a permanecer na CEGÁS pelo período mínimo, contado a partir do término do curso, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do período do curso que tenha sido subsidiado pela CEGÁS, sob pena de, em caso de desligamento em período inferior, ressarcir à Companhia o valor proporcional ao período restante em que deveria permanecer na Companhia, na conformidade desse critério.

Parágrafo Quinto: O empregado que apresentar descontinuidade nas suas atividades acadêmicas por um período superior a um ano terá de ressarcir a Companhia do valor integral pago até o momento do trancamento da matrícula ou do abandono do curso.

Cláusula 22ª - Ausências autorizadas

22.1 A CEGÁS concederá ausências autorizadas, sem prejuízo da respectiva remuneração, os seguintes casos:

a) Falecimento de parentes do empregado:

i) Pai, Mãe, Filho, Cônjuge, Neto: 05 (cinco) dias consecutivos;

ii) Demais Casos: Conforme Legislação;

b) Casamento: 03 (três) dias consecutivos, contados a partir do ato civil ou religioso, mediante comprovação;

c) Licença Maternidade e Paternidade: a CEGÁS fará adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela nº 11.770/2008, que se destina a prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade, além dos 120 (cento e vinte) dias já estabelecidos; e por 15 (quinze) dias, além dos 05 (cinco) já estabelecidos, para a duração da licença-paternidade (Lei nº 13.257/2016).

d) Doação de sangue: 01 (dia) por cada doação, limitada a uma por semestre, mediante comprovação e comunicação prévia à chefia imediata;

e) Internação Hospitalar: 03 (três) dias por ano para acompanhamento de cônjuge, companheiros, filhos e/ou pais;

f) Acompanhamento de pais, cônjuge e filho até 14 anos ou portadores de deficiência, em consulta/ tratamento médico-odontológico: 04 (quatro) dias por ano, mediante comprovação médica.

g) Comparecimento em juízo: nos termos das disposições da Lei nº 9.853, de 27/10/1999.

Cláusula 23ª - Sanções Administrativas

23.1 A rescisão contratual, com justa causa, será precedida da abertura de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa ao empregado.

Cláusula 24ª - Pagamento da anuidade dos Conselhos Profissionais

24.1 A CEGÁS pagará anualmente, aos Conselhos de Fiscalização Profissional, a anuidade devida pelo empregado designado como responsável técnico da CEGÁS junto a órgãos públicos, tais como Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), etc.

Parágrafo Único: O benefício de que trata este artigo não é extensível aos demais profissionais que não atendam à condição estabelecida no caput.

Cláusula 25ª - Funcionamento das CIPAs

25.1 A CEGÁS garante a manutenção da CIPA formada por representantes dos empregados, por estes eleitos, e representantes da CEGÁS, por esta designados.

Parágrafo Primeiro: A CIPA terá acesso, mediante prévio entendimento, a todos os locais de trabalho e às informações e dados estatísticos, referentes à Segurança e Saúde do Trabalho, necessários ao bom exercício de suas atividades.

Parágrafo Segundo: A CIPA indicará 1 (um) representante para acompanhar a análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, sem prejuízo das atribuições da Norma Regulamentadora (NR-5), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo Terceiro: A CEGÁS se compromete a proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas funções, garantindo tempo suficiente para a realização de suas obrigações, compatível com seus planos de trabalho, negociados com as gerências diretamente envolvidas.

Parágrafo Quarto: A CEGÁS se compromete a encaminhar as cópias das CATs, Mapas de Riscos, PCMSO, PPP, PPRA e atas de reuniões da CIPA ao sindicato.

Parágrafo Quinto: A CEGÁS se compromete a realizar anualmente a SIPAT- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

Cláusula 26ª - Férias

26.1 O período de férias do empregado não poderá ter início aos sábados, domingos, feriados, nos dias em que não houver expediente na CEGÁS, tampouco em dias já compensados.

Parágrafo Primeiro: A CEGÁS sempre informará ao empregado sobre a data do início do gozo de férias, no mínimo, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo: O empregado poderá, com aprovação do titular da sua gerência, parcelar suas férias em até 03 (três) períodos, sendo um deles nunca inferior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo Terceiro: A CEGÁS garantirá aos Empregados o adiantamento da 1ª parcela do 13º salário juntamente com a remuneração de férias, desde que o interessado faça a solicitação (por escrito) no mês de janeiro do corrente ano.

Cláusula 27ª - Complemento de Abono de Férias

27.1 A CEGÁS concederá, sem prejuízo do acréscimo de 1/3 (um terço) previsto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, um Adicional de Férias correspondente a 2/3 (dois terços) da remuneração de férias a título de abono de férias, a ser pago anualmente àqueles empregados cujo período aquisitivo tenha vencido até 31 de dezembro de 2018, por ocasião do retorno das férias regulamentadas de seus empregados.

Parágrafo Primeiro: Para fins do disposto, o cálculo do tempo de serviço do empregado será computado na forma e valor em que estiver sendo pago no salário mensal.

Parágrafo Segundo: O benefício previsto deverá ser calculado levando-se em consideração a "Base de Cálculo" das férias.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de solicitação de dispensa por parte do empregado, este não fará jus ao adicional as férias proporcionais a serem pagas quando da rescisão, devendo ser pago o adicional apenas em cima das férias vencidas, se houver.

Cláusula 28ª - Do Estacionamento

28.1 A CEGÁS disponibilizará para todos os seus empregados estacionamento em suas dependências.

Parágrafo Único: Em relação aos empregados que optarem por utilizar o estacionamento próprio da CEGÁS, a empresa ficará desobrigada do fornecimento do vale transporte.

Cláusula 29ª - Auxílio Doença e Auxílio Acidente

29.1. A CEGÁS garantirá para o empregado que se afastar do emprego em gozo de auxílio acidente de trabalho ou auxílio doença considerada grave, em conformidade com a portaria interministerial MPAS/MS Nº 2.998, de 23 de agosto de 2001, a partir do 16º (décimo sexto) dia do início do afastamento e até no máximo 150 (cento e cinquenta) dias após o início do afastamento, uma complementação salarial correspondente à diferença salarial entre o auxílio pago pelo INSS e a sua remuneração líquida atual, composta do salário e se for o caso, da gratificação de função, não incidindo sobre este auxílio nenhuma outra verba adicional.

Cláusula 30ª - Condições de Segurança e Saúde Ocupacional

30.1 A CEGÁS manterá esforços para a permanente melhoria das condições de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional, consoante com o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para essas áreas.

Parágrafo Primeiro: A CEGÁS realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional.

Parágrafo Segundo: A CEGÁS assegura o direito dos empregados às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como as medidas adotadas para prevenir e limitar esses riscos.

Cláusula 31ª - Plano de Contingência

31.1 A CEGÁS compromete-se a apresentar o Plano de Contingência de Segurança de suas instalações e atividades ao representante do Sindicato.

Cláusula 32ª - Equipe de Combate a Incêndios

32.1 A CEGÁS comporá suas equipes de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergências, exclusivamente com pessoas adequadamente treinadas.

Cláusula 33ª - Realização de Palestras sobre Riscos nos Locais de Trabalho

33.1 A CEGÁS se compromete a manter, em articulação com a CIPA, quando da SIPAT (Semana Interna de prevenção de acidentes), a realização de palestras, sobre os riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à prevenção ou limitação de seus efeitos nocivos, bem como sobre a promoção da saúde dos trabalhadores.

Cláusula 34ª - Representante Sindical

34.1 Fica garantida a eleição de um representante dos trabalhadores, independentemente do número de empregados da empresa, para os fins previstos no Art. 11, da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo Primeiro: A CEGÁS facilitará condições de local para realização da eleição do representante dos empregados previsto no *caput*.

Parágrafo Segundo: O representante dos empregados não poderá ser removido, salvo se a pedido do mesmo e houver interesse da CEGÁS.

Parágrafo Terceiro: A CEGÁS assegura que o sindicato terá direito a 25 (vinte e cinco) dias por ano, a serem utilizados para a liberação do representante dos empregados, sem prejuízo da remuneração e das atividades funcionais destes.

Parágrafo Quinto: Mediante entendimento prévio, a empresa poderá liberar empregados para participar de atividades sindicais.

Cláusula 35ª - Representação dos Empregados

35.1 A CEGÁS reconhece a entidade sindical, abaixo, como representativa dos seus empregados, observando as prerrogativas dos seus representantes eleitos:

- **Sindipetro CE/PI** - Sindicato da Categoria;

Parágrafo Único: É imprescindível, para o reconhecimento objeto desta Cláusula, o recebimento protocolar na Sede da CEGÁS da localidade sede da entidade, no prazo de até 30 (trinta) dias após a posse ou investidura no mandato, da seguinte documentação:

- Ofício do SINDICATO com a relação nominal dos empregados eleitos para a direção da entidade sindical mencionada nesta Cláusula.

Cláusula 36ª - Divulgação do Acordo

36.1 A CEGÁS garante a divulgação do presente Acordo Coletivo de Trabalho a todos os seus empregados, em até 3 (três) dias úteis da assinatura deste documento.

Cláusula 37ª - Acesso a Informações Funcionais

37.1 A CEGÁS garante ao empregado e ao ex-empregado, mediante solicitação escrita e entregue ao órgão de gestão de pessoal local, o acesso às suas informações funcionais, assegurando o direito à cópia e à retificação de informações quando comprovadamente incorretas, bem como pertinentes à lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011).

Cláusula 38ª - Comissão de Acompanhamento do ACT

38.1 A CEGÁS e o SINDICATO promoverão a instalação e funcionamento de Comissão Mista para acompanhamento das cláusulas do presente instrumento em reuniões periódicas que serão realizadas sempre que houver solicitação de uma das partes.

Cláusula 39ª - Contingência

39.1 A CEGÁS e o SINDICATO acordam reunirem-se previamente à realização de greves ou paralisações parciais para definirem a contingência determinada nos artigos 9º e 11º da Lei 7.783, de 28 de junho de 1989.

Cláusula 40ª - Premissas do Relacionamento entre as Partes

40.1 A relação entre a CEGÁS e o SINDICATO, e entre estes e os empregados da CEGÁS, deverão ocorrer segundo os objetivos abaixo descritos:

- I) Quanto ao ambiente interno: alcançar e manter um elevado nível de produtividade e qualidade dos serviços da CEGÁS e o bem-estar de seus empregados;
- II) Quanto ao ambiente externo: a ação da CEGÁS deve estar orientada para o pleno atendimento das necessidades e demandas dos clientes;
- III) Quanto às relações entre a CEGÁS e o SINDICATO: a manutenção de um diálogo permanente, considerando a negociação como o instrumento adequado para a integração e resolução de conflitos trabalhistas. O respeito e a preservação da integridade e dignidade pessoais dos empregados, dirigentes da CEGÁS e representantes sindicais deverão ser sempre observados pelas partes, bem como a valorização da CEGÁS como instituição.

Cláusula 41ª - Cumprimento do Acordo Coletivo

41.1 Será realizada, sempre que solicitada, por qualquer das partes, em até 5 (cinco) dias úteis da notificação, reunião de avaliação do cumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Único: Caso sejam detectados quaisquer problemas quanto ao cumprimento, pelas partes, das disposições deste instrumento, será concedido um prazo de 30 (trinta) dias para a solução que se fizer necessária.

Cláusula 42ª - Divulgação de informações sindicais

42.1 A CEGÁS concorda com a fixação, em quadro de avisos para divulgação, de comunicados, boletins e editais do SINDICATO, em locais de fácil acesso aos empregados e demais interessados, bem como a distribuição aos empregados, dos informativos da referida entidade sindical, desde que seja respeitado o item III, da Cláusula 38ª.

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo necessidade de distribuição de comunicados do Sindicato em qualquer das instalações da CEGÁS deverá ocorrer a aprovação prévia da Gerência de Recursos Humanos.

Cláusula 43ª - Do Foro Competente

43.1 Qualquer divergência surgida, por motivo de aplicação das normas deste Acordo, será submetida à prévia conciliação das partes que afirmam o presente instrumento contratual.

Cláusula 44ª - Revisão, Denúncia, Revogação

44.1 O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente Acordo, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo Art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo acordo entre as partes.

Parágrafo Único: A CEGÁS fará o depósito deste Acordo no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de conformidade com os prazos estabelecidos no Art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e IN nº 11 de 24/03/2009, do MTE/SRT.


Fortaleza, 22 de agosto de 2019.



Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Diretor Presidente – CEGÁS



Fábio Augusto Norcio
Diretor Adm. e Financeiro -CEGÁS



José Jorge de Oliveira
Presidente do SINDIPETRO CE/ PI